



Global Platform for the
Right to the City



FÓRUM NACIONAL DE
REFORMA URBANA

Belém do Pará, Brasil, 10 de Novembro de 2025

RUMO A UM MUTIRÃO GLOBAL

NÃO HÁ JUSTIÇA CLIMÁTICA SEM O DIREITO À CIDADE!

Ao nos reunirmos em Belém do Pará para a COP30, somos chamados a nos unir a um **mutirão global para abordar e reverter os impactos das mudanças climáticas** e suas causas subjacentes inter-relacionadas, por meio do combate às desigualdades estruturais entre e dentro dos países, incluindo questões de gênero, raça e etnia.

Para nós, **mutirão ecoa uma visão poderosa que se centra na ação das comunidades**, no poder da ação coletiva e nas ligações com os territórios nos quais a ação climática deve se basear e ser construída. Seguindo esse espírito, **chegamos a Belém como um coletivo com uma posição clara: centrar a ação climática através das lentes da justiça climática e do Direito à Cidade**, aproveitando os esforços contínuos através da organização comunitária por meio de políticas e iniciativas ambiciosas comprometidas com a reversão das desigualdades estruturais.

Há um **consenso crescente sobre o papel desempenhado pelas cidades e pelas questões relacionadas com o meio urbano nas estratégias e compromissos para a ação climática**. Este consenso baseia-se tanto no impacto bem documentado das tendências demográficas, de planejamento urbano, de produção e de construção nas emissões de gases de efeito estufa, como no impacto cada vez mais forte das catástrofes relacionadas ao clima nas áreas urbanas. **As áreas urbanizadas são responsáveis por 70% das emissões de GEE e consomem 78% da energia mundial, representando apenas 2% da área terrestre**. Enquanto isso, mais de 200 milhões de pessoas que vivem em cidades ao redor do mundo já enfrentam ondas de calor e, até 2050, estima-se que 45% da população urbana enfrentará ondas de calor (UCCRN, 2018). Além do calor, as cidades já sofrem com outros riscos relacionados ao clima, como secas e elevação do nível do mar.

No entanto, a integração entre políticas e estratégias urbanas, territoriais e climáticas ainda está aquém do desejado. Um estudo realizado pela ONU-Habitat para avaliar o conteúdo urbano e as estratégias climáticas urbanas nas 194 Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) apresentadas até 27 de junho de 2023 mostra que 66% das 194 NDCs contêm um nível moderado ou forte de conteúdo urbano (ONU-Habitat, 2024). Isso representa um avanço em relação à rodada anterior de NDCs, mas indica o potencial para aprofundar essas conexões, particularmente em termos de adaptação climática e resposta a riscos. Outro indicador de uma maior conscientização sobre a importância do componente territorial da crise climática é o desenvolvimento do próximo relatório do IPCC sobre mudanças climáticas e cidades, com lançamento previsto para 2027.

Como resultado da COP 30 será necessário definir uma agenda global que, considerando a emergência climática, seus impactos sociais e a necessária justiça climática, dê ênfase para uma Nova Agenda Urbana, alicerçadas nas pautas da luta pelo Direito à Cidade e justiça social.

O Direito à Cidade é o direito de todos os habitantes, presentes e futuros, permanentes e temporários, de habitar, usar, ocupar, produzir, governar e desfrutar de cidades, vilas e assentamentos humanos justos, inclusivos, seguros e sustentáveis, definidos como bens comuns essenciais para uma vida plena e digna. O Direito à Cidade muda o foco de nossas cidades, que deixam de ser terreno para o capital e o lucro e passam a ser entidades dinâmicas sociais, políticas e, de fato, econômicas. Ao recuperar os espaços urbanos como locais coletivos para as pessoas, pelas pessoas, podemos evitar a marginalização, a criminalização e a expulsão de grandes setores da população de nossas cidades.



Global Platform for the
Right to the City



**FÓRUM NACIONAL DE
REFORMA URBANA**

Belém do Pará, Brasil, 10 de Novembro de 2025

DAS RECOMENDAÇÕES PARA A COP 30

Considerando que é importante termos como marcos referenciais o direito à cidade e a justiça climática para o enfrentamento da emergência climática nas cidades e assentamentos humanos, considerando também a relevância da atuação dos governos locais, das cidades e das comunidades locais seguem algumas recomendações para serem objeto de apreciação nas ações e iniciativas que serão discutidas e assumidas na COP30 como a Agenda Global de Ação que é uma das questões centrais que os países devem assumir em Belém.

Potencializar a participação da comunidade para planos de mitigação e implementação da NDC 3.0.

- Desenvolver planos climáticos nacionais e locais por meio de metodologias participativas;
- Valorizar os conhecimentos e práticas locais e comunitárias de enfrentamento aos impactos das mudanças climáticas;
- Desenvolver programas e ações educativas sobre a emergência climática para a população;
- Fortalecer as capacidades institucionais das comunidades locais para responder a desastres.

Construir os componentes territoriais da Meta Global de Adaptação.

- Desenvolver planos de adaptação locais;
- Mapear e aproveitar iniciativas de adaptação comunitárias e urbanas;
- Mobilizar dados produzidos pela comunidade sobre riscos e sistemas de alerta precoce liderados pela comunidade;
- Desenvolver estruturas e salvaguardas para as comunidades que podem sofrer deslocamentos relacionados ao clima e estabelecimento de garantias para planos de realocação, desenvolvidos com participação ativa das populações impactadas;
- Consolidar a gestão democrática das cidades, aplicar e ampliar os instrumentos planejamento e de combate a especulação imobiliária.

Descentralização e aproveitamento do financiamento climático local.

- Aumentar recursos privados e públicos do fundo de perdas e danos e dos fundos de adaptação por meio de microfinanciamento para comunidades locais e apoio a iniciativas lideradas pela comunidade;
- Garantir Supervisão comunitária dos mecanismos multilaterais de financiamento climático;

Rumo a uma transição justa: salvaguardar a função social e ambiental das cidades e dos assentamentos humanos, dos serviços e equipamentos urbanos e ecossistemas.

- Fomentar Sistemas de Justiça com organismos de mediação e solução adequada dos conflitos urbanos;
- Desprivatizar os serviços básicos, incluindo transporte, energia, água, saneamento, resíduos, internet e mobilidade, com efetiva universalização do acesso a todos esses serviços;
- Apoiar a economia social e solidária, incluindo associações e cooperativas de grupos sociais vulneráveis;
- Utilizar materiais locais sustentáveis para a construção de habitações, utilização e recuperação de edifícios vazios nas áreas centrais da cidade para reduzir o impacto climático;
- Descarbonizar materiais de construção (fomentando o uso de práticas de materiais regenerativos, biomateriais, ferramentas de design circular, construindo menos ao priorizar a renovação e melhoria de edifícios existentes)
- Recuperar e ampliar dos espaços públicos tais como sistema viário, parques, rotas para transporte não motorizado (bicicletas, patins, skate, pedestres), praças, corredores de hortas urbanas, combinada à ampliação de áreas verdes e demais intervenções em solo urbano, que contribuam para tornar as cidades mais permeáveis;
- Valorizar e fomentar a atividade dos catadores para a reciclagem de resíduos sólidos e da compostagem de resíduos orgânicos;
- Fomentar a agricultura urbana nas periferias e assentamentos informais;
- Recuperar, despoluir e renaturalizar rios e córregos, entre outros.



Global Platform for the
Right to the City



**NATIONAL FORUM
ON URBAN REFORM**

Belém do Pará, Brazil, November 10, 2025

COP30 DECLARATION

CLIMATE JUSTICE AND THE RIGHT TO THE CITY

Toward a Global Collective Effort: There Is No Climate Justice Without the Right to the City! As we gather in Belém do Pará for COP30, we are called to join a global collective effort to address and reverse the impacts of climate change and its interrelated underlying causes, by confronting structural inequalities within and between countries, including issues of gender, race, and ethnicity.

For us, the idea of a collective effort echoes a powerful vision centered on community action, on the strength of collective organizing, and on the deep ties to the territories where climate action must be rooted and built. In this spirit, we arrive in Belém as a collective with a clear position: to center climate action through the lenses of climate justice and the Right to the City, drawing on ongoing grassroots efforts, ambitious policies, and community-led initiatives committed to reversing structural inequalities.

There is growing consensus on the role played by cities and urban issues in climate action strategies and commitments. This consensus is based both on the well-documented impact of demographic, urban planning, production, and construction trends on greenhouse-gas emissions, and on the increasing intensity of climate-related disasters in urban areas. Urban areas are responsible for 70% of global GHG emissions and consume 78% of the world's energy, while occupying only 2% of the Earth's surface. Meanwhile, more than 200 million people living in cities already face heatwaves, and by 2050, 45% of the global urban population is expected to experience extreme heat (UCCRN, 2018).

Beyond heat, cities also face droughts, sea-level rise, and other climate-related risks.

However, the integration of urban, territorial, and climate policies and strategies remains insufficient. A UN-Habitat study analyzing the urban content of the 194 Nationally Determined Contributions (NDCs) submitted by June 27, 2023, shows that 66% contain a moderate or strong level of urban content. This represents progress compared to the previous round, but indicates the potential to deepen these linkages, particularly in terms of climate adaptation and risk-response measures. Another indicator of growing attention to the territorial dimension of the climate crisis is the upcoming IPCC report on Climate Change and Cities, expected in 2027.

As an outcome of COP30, it will be necessary to define a global agenda that, given the climate emergency and its social impacts, strengthens climate justice and emphasizes a New Urban Agenda grounded in the struggle for the Right to the City and social justice. The Right to the City is the right of all inhabitants—present and future, permanent and temporary—to inhabit, use, occupy, produce, govern, and enjoy fair, inclusive, safe, and sustainable cities and human settlements, defined as essential common goods for a full and dignified life. It shifts the focus of our cities away from land as a commodity for capital and profit toward cities as dynamic social, political, and economic spaces. By reclaiming urban space as collective space for and by the people, we can prevent the marginalization, criminalization, and displacement of large sectors of the population.



Global Platform for the
Right to the City



**NATIONAL FORUM ON
URBAN REFORM**

Belém do Pará, Brazil, November 10, 2025

RECOMMENDATIONS FOR COP30

Recognizing the importance of the Right to the City and climate justice for addressing the climate emergency in cities and human settlements - and the critical role played by local governments and communities - we present the following recommendations for inclusion in COP30 outcomes and the Global Action Agenda:

Strengthen community participation in mitigation plans and implementation of NDC 3.0.

- Develop national and local climate plans through participatory methods.
- Value community knowledge and local practices for confronting climate impacts.
- Develop educational programs and public communication on the climate emergency.
- Strengthen local community institutional capacity for disaster response.

Build the territorial components of the Global Goal on Adaptation.

- Develop local adaptation plans.
- Identify and support community- and urban-based adaptation initiatives.
- Mobilize community-generated data on risks and support community-led early-warning systems.
- Develop safeguards and frameworks for climate-induced displacement, ensuring relocation plans with active participation of affected communities.
- Consolidate democratic city governance, applying and expanding planning tools to combat land speculation.

Decentralize and expand local climate finance.

- Increase public and private resources for loss-and-damage and adaptation funds through micro-financing to community initiatives.
- Guarantee community oversight of multilateral climate-finance mechanisms.

Toward a just transition: safeguard the social and environmental functions of cities, human settlements, public services, and ecosystems.

- Strengthen justice systems and mediation mechanisms for urban conflicts.
- Reverse privatization of essential services—including transportation, energy, water, sanitation, waste management, internet, and mobility—ensuring universal access.
- Support social and solidarity economies, including cooperatives and initiatives led by vulnerable groups.
- Promote the use of sustainable local materials for housing and prioritize renovation and reuse of existing buildings to reduce climate impact.
- Advance decarbonization of construction materials, regenerative materials, circular-design tools, and building reuse.
- Expand and restore public spaces such as roads, parks, pedestrian routes, bicycle lanes, plazas, and urban garden corridors; increase permeable surfaces and green areas.
- Support and value waste-picker organizations for solid-waste recycling and organic-waste composting.
- Promote urban agriculture in peripheral and informal settlements.
- Restore, de-pollute, and renaturalize rivers and streams, among other measures.